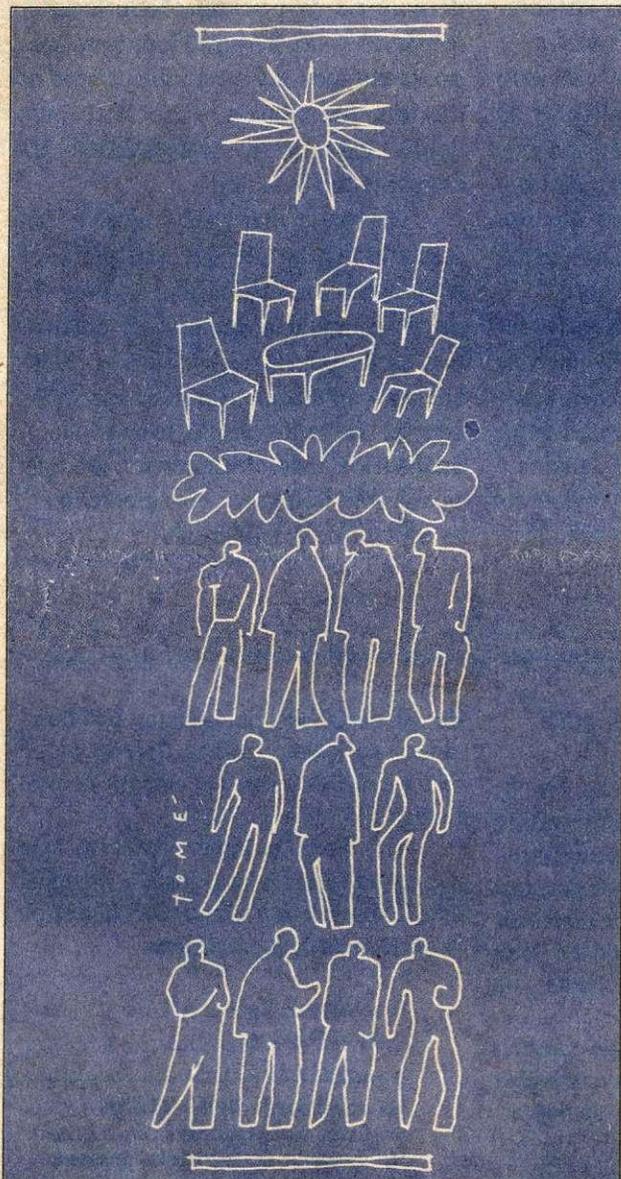


Conselho Municipal de Saúde

O controle social do Estado

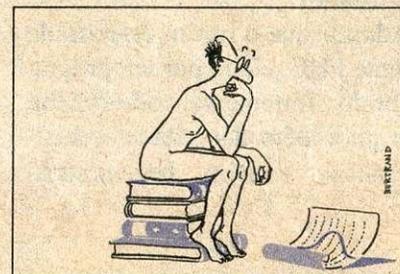


Passados 6 anos da promulgação da Constituição do Brasil, os Conselhos Municipais de Saúde continuam enfrentando o autoritarismo dos políticos. A experiência de profissionais comprova: é factível a conjugação de mecanismos de representação direta e via eleições, mas, há um grau de inter-relação entre a administração e os conselhos.

páginas 7 a 10.

Debate

"The Bell Curve"
reaviva polêmica sobre instrumentos de avaliação.



Profissionais ligados à área dão opinião sobre os testes de inteligência e as consequências políticas e ideológicas de uma leitura simplista dos resultados.

Páginas 11 a 13

lançamento

Uma profissão chamada psicologia

Livro que conta história do CRP será lançado no dia 15 de fevereiro. Psicólogos estão convidados.
Página 14.

Orientação

Projetos fortalecem exercício profissional do psicólogo

Até janeiro deste ano o Centro de Orientação do CRP já havia recebido mais de 2000 consultas. Depois da Comissão de testes, Conselho agora prepara projetos sobre convênios de Saúde e psicoterapias alternativas.

Página 6

Violência

Tortura na Febem causa protestos de profissionais

A comprovação de torturas na unidade de Ribeirão Preto motivou reação de conselhos profissionais e entidades de direitos humanos. A casa está superlotada e os menores são trancafiados em solitárias por até vinte dias. Mesmo assim, juiz negou liminar de promotor público, alegando falta de provas.

Página 15

Entrevista

Madre Cristina

A diretora do Instituto Sedes Sapientiae fala de sua trajetória na psicologia, de como os primeiros profissionais tiveram que lutar para legitimar as práticas psicológicas e como era trabalhar nos tempos da ditadura militar.

Páginas 3 a 5



Pela desprivatização do Estado.

Há tempos, procura-se criar no país o consenso de que tudo o que é público não presta e tudo o que é privado é bom.

Múltiplas são as fórmulas utilizadas para difamar e dilapidar as empresas, instituições e serviços públicos e, ao mesmo tempo, idolatrar a iniciativa privada e a privatização do Estado.

Fórmulas mais engenhosas são elaboradas para gerar conceitos, tais como: Estado mínimo, público não-estatal, publicização do privado etc.

Ora, de que estão tentando nos convencer? De que o projeto neoconservador, cuja execução vai de vento em popa no país - ignorando a Constituição de 1988 e privatizando até mesmo setores estratégicos que até hoje haviam sido preservados -, é um projeto de teor anarquista que visa o fim do Estado?

Admitir que o recém empossado presidente FHC, eleito por um programa híbrido, fortemente conservador, porque para além das pitadas social-democráticas contém hegemônica-

mente, as diretrizes herdadas do plano Collor, ou que o nosso conhecidíssimo atual prefeito da cidade de São Paulo, sejam portadores de um projeto revolucionário que implicará o fim do Estado é, para dizer o mínimo, risível.

O que de fato está em questão é a expansão de uma das teses básicas do projeto neoconservador do capital para o terceiro mundo: a privatização de todas as atividades controladas pelo Estado, não para acabar com ele, mas para ser dominado por grupos de interesses distintos daqueles que até agora o controlaram. Ou seja, muda-se para nada mudar.

Observe-se que agora pouco se fala em privatização de empresas produtoras de aço e de ferro, do transporte etc.; a onda de privatização chega às áreas sociais da saúde e da educação. Amanhã serão outras as atingidas.

Isso é o que vem fazendo o prefeito de São Paulo, com a tentativa de criar as cooperativas de saúde (Plano de Atendimento à Saúde - PAS); isso é o que será implantado nas escolas públicas, pensadas como cooperativas

administradas por professores e diretores e adotadas por empresários. Tudo em nome da democracia, participação, descentralização, produtividade e qualidade total.

Diante desse quadro, o mais incrível é que a falácia dos argumentos apresentados pelos neoliberais é tão visível e ao mesmo tempo não a enxergamos.

Quantos hospitais particulares no país têm o mesmo padrão de atendimento e de equipamentos disponíveis em muitos hospitais públicos? Quantas escolas particulares de fato oferecem o padrão de qualidade de ensino que é associada ao ensino privado? Qual é a origem da má qualidade da formação profissional em um país que tem 80% das vagas do ensino superior em instituições privadas?

Quanto das verbas públicas é repassado para a iniciativa privada, nos mais diversos setores: desde hospitais, escolas, empreiteiras, meios de comunicação, até os subsídios destinados a aquisição de papel para que os jornais diários possam cumprir suas funções?

Enfim, os maiores defensores da privatização são os mesmos que mais bebem na fonte dos recursos públicos e obtêm concessões; ou seja, vivem às expensas do Estado. Se tudo isso é verdadeiro, então é razoável concluir que o Estado brasileiro já está privatizado. Há uma enorme apropriação privada daquilo que é público. O que se quer é apenas completar a tarefa.

Diante disso, talvez seja o caso de exigir a desprivatização do Estado, tornando-o de fato público, para que possa cumprir a função de garantir os direitos individuais e sociais, bem como garantir a integralidade da Constituição Brasileira.

Da parte dos psicólogos, é importante prestar atenção aos planos e programas emanados das esferas federal, estadual e municipal, destinados às áreas estratégicas das políticas sociais - educação, infância e adolescência, habitação, saúde, trânsito etc. -, analisá-los cuidadosamente para que possamos defender conscientemente as idéias que partilhamos.

CARTAS

Severo

Ao tomar conhecimento da morte do professor José Severo, através do brilhante e corajoso artigo do colega José Leon, fiquei triste e perplexo. Durante horas surgiram lembranças de situações vividas junto a Severo. "Está vendo como a racionalidade coloca ordem ao caos?!", provavelmente ele diria. Gostaria de compartilhar uma dessas situações.

Dia de prova. Como sempre nesses dias, lá vinha o Severo bravo e carrancudo, posicionando cadeiras a seu bel-prazer e trocando pessoas de lugar (não aleatoriamente) com procedimentos semelhantes a um professor ginásiano do começo do século. Fim de prova, íamos, ainda "abalados" pelas questões, ao Rei

das Batidas e, como era final de prova, lá aparecia o Severo descontraído.

Sentava-se à mesa e durante horas nos dava "aula prática de lógica do humor". Ao final, pagava a conta a todos.

A encarnação da razão que Severo representava sempre me emocionou (ele explicaria rapidamente a dialética envolvida aí). Aliás, ele despertava uma variada gama de emoções em seus alunos, menos indiferença. Diante dele ninguém ficava indiferente.

Adeus mestre, inesquecível a oportunidade que tive de coordenar um debate sobre parapsicologia com sua participação. Obrigado Severo.

Jaime Jacob Roitman
CRP - 06/8870

Psicologia Organizacional

Fiquei muito satisfeita ao ler alguém cobrando um espaço no **Jornal do CRP** para a psicologia organizacional. Sou formada desde 1992 e já estou atuando numa empresa onde tive que implantar o RH e implementar a qualidade total dentro das normas de nossos clientes, de acordo com a ISO.

Passei momentos de tensão e angústia, pois estou sentindo na pele a impotência do RH como agente de mudanças. Psicólogos organizacionais hoje não podem ser aqueles que só aplicam testes e ficam sentados atrás de suas mesas esperando as coisas acontecerem. (...)

Hoje, depois de um ano que estou realizando esse trabalho, sinto-me feliz

em ter trabalhado em algo que será duradouro, mas sinto tristeza quando busco ajuda e não encontro em colegas de profissão (...).

(...) Faço da minha profissão uma das coisas mais lindas e gostaria de trocar essas experiências maravilhosas que estou passando com colegas da área.

Valéria dos Santos Araújo
CRP 06/40636-6

As cartas à redação deverão ser enviadas datilografadas e com o nome do remetente datilografado e assinado. Para garantir espaço de publicação ao maior número possível de leitores, as cartas serão publicadas resumidamente, somente os trechos mais significativos, a critério da redação.

Conselho Regional de Psicologia

Conselheiros:

Adalberto Boleta de Oliveira, Celi Denise Cavallari, Celso Zonta, Cláudia Maria Sodré Vieira, Cristina Amélia Luzio, José Roberto Tozoni Reis, Leyla Venegas Falsetti, Lígia Valéria Gianni, Márcia Arrivabene Sanches Spinola, Maria de Lourdes Kato, Maria Sílvia de Mesquita Bolguese, Odair Sass, Othon Vieira Neto, Vera Regina Rodrigues, Walter de Paula Pinto Filho (efetivos).

Cássia Regina Rodrigues, Erane Paladino, Erasmo Miessa Ruiz, Maria Elisa Pacheco, Milton Luiz Cardassi, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Nelson Antonio Fontes Coutinho, Nilton Júlio de Faria (suplentes)
Comissões: Comunicação, Diretoria, Ética, Formação e Educação, Infância e Adolescência, Orientação e Fiscalização, Infância e Adolescência, Orientação e Fiscalização, Psicoterapia, Saúde, Subsedes, Trabalho.

Equipe Editorial: Maria Sílvia de Mesquita Bolguese, José Roberto Tozoni Reis e Sérgio Donda
Editora: Juliana Motta
Produção e Edição de Texto: Juliana Motta
Revisão: Dinorah Ereno
Programação Visual: Amadeu Escritório de Arte
Fotolito e Impressão: Cunha Facchini Serviços gráficos e Editora Ltda.
Tiragem: 36.000 exemplares
Periodicidade: Bimestral

O **Jornal do CRP** é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP
CEP 04038-004 - Fone: (011) 574.7133
Fax: (011) 575.0857

Madre Cristina Sodré Dória

Uma pioneira da psicologia

Defensora da psicologia desde os tempos em que a profissão ainda não era regulamentada, Madre Cristina acredita que a clínica-escola deve ser pensada como um centro de formação abrangente e com caráter profilático.



MÔNICA RICHTER

Quando criança, Madre Cristina dizia que "queria crescer para estudar o que se passava dentro da cabeça das pessoas". Nessa época ainda não havia Faculdades de Psicologia no Brasil. Quando, em 1932, o Instituto Sedes Sapientiae fundou a primeira Faculdade de Filosofia do país, ela iniciou sua caminhada em direção à profissão, que não abandonaria mais.

Querida pelos alunos e um espinho atravessado na garganta dos que trabalhavam pela ditadura militar, marcou posição de resistência ao autoritarismo e de defesa da liberdade para o desenvolvimento da ciência. Foi assim que, quando a PUC criou a Faculdade de Psicologia, incorporando os cursos do antigo Sedes Sapientiae, criou uma nova versão do Instituto, que define como um espaço para se pensar uma nova sociedade. Ainda na direção do Sedes, hoje conhecido e respeitado em todo o país, Madre Cristina recebeu o Jornal do CRP para esta entrevista.

CRP - Como a senhora chegou até a psicologia e como era a profissão naquela época?

Madre Cristina - Eu sempre quis estudar psicologia, mas ainda não existia a faculdade. Quando o antigo Sedes Sapientiae fundou a primeira Faculdade de Filosofia do Brasil, em 1932, eu fui estudar lá. Logo em seguida, em 1934, houve a fundação da Faculdade da USP. E eu entrei nas duas. Depois me decidi pelo curso do Sedes e larguei o da USP.

Quando me formei, em 1940, nós abrimos a primeira clínica psico-

lógica do país, que, na minha opinião, deveria ser educacional com atuação profilática. Mas ela foi evoluindo e acabou se transformando numa clínica terapêutica e, no fundo, muito menos educacional do que eu gostaria. Embora nós tenhamos criado os três cursos, só havia alunos para a psicologia clínica. Ninguém queria ir para a área educacional, ou para a do trabalho. Eu acho muito importante incentivar o aluno a ir para a psicologia do

pedagogia. Ou seja, nós fomos encaminhando a psicologia da maneira como ela era reclamada pelos alunos.

Em 1952, nós criamos, oficialmente, o primeiro curso de psicologia clínica do Brasil. Não havia ainda a regulamentação da profissão. Nesse momento começou a briga com os psiquiatras, porque na visão deles, como é que nós, que éramos filósofos ou pedagogos, poderíamos fazer psicoterapia? Existia a psicanálise, mas a

"A psicoterapia é campo da psicologia e não da psiquiatria. A diferença entre as duas áreas é que o psiquiatra, sendo médico, pode receitar."

trabalho, mas ninguém queria. Só queriam ir para a psicologia clínica. Não entendo essa mania de todo mundo querer tratar em vez de prevenir. Mas era assim e é até hoje. Para cada dois cursos de psicopedagogia existem vinte de psicoterapia.

Ao mesmo tempo eu comecei a lecionar, também em 1940, no curso de pedagogia do Sedes. E como eu gostava demais de psicologia e os alunos também queriam psicologia, eu mandava nos relatórios os nomes das disciplinas do currículo mínimo de pedagogia, definido pelo governo. Depois trocava tudo e dava só psicologia. Com isso, dávamos psicologia da criança, do adolescente, da personalidade, psicopatologia, no curso de

psicanálise era um grupo fechado, como é até hoje e o número de pessoas não era uma ameaça.

E a briga com os professores da faculdade era enorme, eles publicavam artigos nos jornais contra mim.

Em vez de entrar nesta briga, eu abri um curso para os alunos da Faculdade de Medicina que quisessem estudar a psicoterapia. Os alunos não tinham preconceito, porque não tinham o que perder, só a ganhar. Os professores é que tinham que se defender, porque eles só tinham aquela psiquiatria clássica, que era a nosografia, o conjunto de sintomas ao qual davam nomes, como psicose-maniaco-depressiva. Era tudo muito primitivo ainda.

Quando nós começamos a dar aulas para os alunos da medicina, enchíamos a sala. Não tinha matrícula, não tinha frequência, não tinha nada. Vinha quem queria, saía quem queria, mas a sala ficava cheia. Hoje a psicologia e a psicoterapia já estão inflacionadas, mas naquele tempo eram uma grande novidade.

E, em 1962, nós tivemos que lutar muito para fazer a Lei 4.119, que regulamentou a profissão, por isso ela é tão mal feita. Ela mistura a criação do curso de psicologia com o programa. Tivemos que misturar, porque se não fosse assim não passaria. Se os psiquiatras descobrissem que nós íamos regulamentar a profissão do psicólogo, iam ter um acesso. Nessa época, era como se pedagogos ou filósofos quisessem se intrometer no campo clínico, que é dos médicos. Eles se sentiam extremamente lesados. Quando começaram a descobrir que havia um campo para o médico e outro para o psicólogo a situação se resolveu. Hoje a convivência está tão tranquila que nem nos lembramos do quanto foi penosa essa instalação da profissão de psicólogo.

CRP - Em que sentido a senhora diz que hoje está muito bem estabelecida a posição do psicólogo e do psiquiatra em relação à psicoterapia?

Madre Cristina - Bem estabelecida no sentido de que não há atrito. Porque a diferença é que o psiquiatra, sendo médico, pode receitar. Ele pode fazer internamento. É só essa a diferença.

CRP - Quer dizer que, no seu entendimento, a psicoterapia é campo da psicologia? Não se trata de ser privativo do psicólogo. Mas é um campo da psicologia?

Madre Cristina - É da psicologia e não da psiquiatria. Mesmo porque quando os alunos da psiquiatria vinham estudar comigo queriam aprender psicologia. Eu me lembro que há 40 anos eu escrevi um livro sobre psicopatologia e teve um psiquiatra que reagiu. Como é que eu po-

deria me dizer psicólogo? Naquele tempo ainda não estava regulamentada a profissão. Ele indagava como é que uma professora escreve sobre psicopatologia, uma ciência médica. Foi uma polêmica.

CRP - O curso do Sedes Sapientiae e a clínica funcionaram de 1940 até a fusão com o curso da Faculdade São Bento, que originou a PUC?

Madre Cristina - A nossa fusão com a Faculdade São Bento nunca foi uma fusão propriamente dita. Nós estávamos trabalhando sozinhos, porque

"Na Congregação, o cardeal sempre incentivou o meu trabalho. Eu tive muita luta com a ditadura que, não sei como, não me pôs na cadeia."

tínhamos uma linha e eles, outra. O Sedes Sapientiae era uma faculdade, com todos os cursos, e não só o de psicologia. Ele era mantido pela entidade das Cônicas de Santo Agostinho. Mas as cônicas tinham outros projetos, além de tomar conta da faculdade, como realizar trabalhos na periferia.

E a faculdade era absolutamente eclética. Nós tínhamos, por exemplo, o Plínio Corrêa de Oliveira, Padre Sigaud, Padre Maier, quer dizer, toda a TFP. Ao lado de gente que era tida como comunista. Começamos a achar que estava muito bagunçado e resolvemos acabar com a Faculdade de Filosofia. Então nós forçamos um pouco a PUC a ficar com o Sedes, que passou a ser agregado, mas com plena independência didática, de orientação, financeira, tudo.

A integração foi gradativa, os cursos foram sendo incorporados aos poucos à PUC. Quando acabou o processo de integração, nós abrimos o Sedes atual. A proposta deste Sedes é completamente diferente da proposta daquele primeiro Sedes, que funcionava na Caio Prado. Para começar, aqui não é uma escola. Aqui há cur-

sos. Mas eu sempre digo: o Sedes é um espaço aberto para todas as pessoas que queiram estudar ou praticar um projeto de transformação da sociedade. E os meios são os cursos, a clínica, o setor de educação popular, que trabalha na periferia. Há também um trabalho com o movimento Sem-terra, com o Pró-Índio e a Comissão Pastoral da Terra. Nós não queremos que o Sedes seja chamado de escola, porque não é uma escola. Acaba sendo, mas contra o meu desejo. Eu espero que o Sedes um dia se torne realmente um espaço político, onde as pessoas venham pensar uma nova sociedade.

CRP - A senhora foi muito clara quanto ao objetivo que orientou a criação da clínica do Sedes. Hoje, o que se observa no processo de formação do psicólogo é que esse problema permanece. Uma das idéias que o CRP tem defendido é que a clínica-escola seja pensada como um centro de formação profissional e não como uma clínica-escola. Essa idéia é a mesma que a senhora preconiza.

Madre Cristina - É o que procuramos, na teoria, impor aqui. Embora ainda não tenhamos atingido esse ponto, é essa a idéia que procuramos transmitir e fazer. Este é o único caminho que as faculdades deveriam perseguir: montar um centro formador que fosse profilático, considerando a diversidade da formação. Esse caminho evitaria muitos tropeços. Não sei por que as pessoas têm tanta dificuldade em aceitar isso, se é tão evidente.

CRP - A senhora sempre teve uma posição muito clara e firme a favor das transformações sociais no país. Como foi, ao longo da sua história, a convivência dessas idéias com

as instituições da religião católica?

Madre Cristina - Eu nunca encontrei obstáculo em nenhum lugar. Dentro da Congregação todo mundo pensa assim e, quando não pensa, faz força para pensar. Aqui na diocese, o cardeal sempre incentivou muito o meu trabalho. Eu tive luta com a ditadura que, não sei como, não me pôs na cadeia.

CRP - Na sua resistência contra a ditadura, é conhecido um embate direto que a senhora teve com o delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Madre Cristina - Eu tive embates com todos eles lá do Dops. Eu nem sabia quem era o Fleury, nem sabia quem eram as pessoas do Dops, mas queria visitar os meus amigos. Eu chegava lá e dizia que tinha ido visitar meus amigos, e quando eles não me conheciam eu dizia que tinha ido visitar meus netos. Quando eles queriam me impedir de entrar, eu ia passando e dizia que não estava perguntando se podia. E se eles ameaçavam atirar, eu dizia que podiam atirar. Não sei, acho que Deus estava comigo.

CRP - Como era o trabalho com educação nesse momento, já que a repressão era muito forte e nada podia ser dito em sala de aula?

Madre Cristina - O reitor Bandeira de Mello sempre me chamava para pedir que eu não dissesse mais nada, porque o Dops já tinha ido à faculdade. E eu dizia que se o Dops quisesse falar, que viesse falar diretamente comigo. E que eu não ia mudar de idéia. Essas recomendações se referiam mais à clínica, onde eu atuava mais. Eu tinha cartazes contrários à ditadura. Quando eles entravam lá para tomar café eu mandava que se retirassem, dizendo que na esquina tinha café. E eles iam embora. Havia presos políticos que dormiam lá. Deus estava comigo, porque não é possível.

Mas os policiais também tinham tanto medo! Eu me lembro uma vez que veio um preso político fazer eletroencefalograma. Eu fui recebê-lo, ele estava algemado. Mandei tirarem

as algemas, porque aqui ninguém entra algemado, e não deixei que os policiais entrassem para o eletroencefalograma com ele. Ficaram esperando na portaria e comecei a conversar com eles, perguntando se não tinham vergonha de ficarem perseguindo jovens idealistas, que estavam lutando. Eu dizia que eles precisavam repensar tudo o que estavam fazendo.

Daí a pouco comecei a receber telefonemas de pessoas perguntando se eu estava ameaçada. Eles se sentiram tão ameaçados que, pelo rádio, pediram reforço e cercaram o quartirão. Coitada de mim, uma velhinha. Mas Deus estava comigo, porque por muito menos outros morreram. Eu procuro me esquecer dessa época, que foi tenebrosa. Eu recebia telefonemas dizendo que seria morta naquela noite.

Tudo era reprimido. E eles eram muito sem preparo. Alguns, mais tarde, se especializaram. Depois de 1968, quando foi decretado o AI-5, eles foram treinados nos Estados Unidos e aí fechou ainda mais o regime. Eles eram muito primitivos, muito sem experiência.

CRP - A senhora poderia fazer uma avaliação do papel que a psicologia veio cumprindo ao longo do tempo, inclusive nessa época da ditadura até chegar aos dias de hoje?

Madre Cristina - Eu acho que depende um pouco na mão de quem está a psicologia. Porque os torturadores e agentes eram treinados do ponto de vista psicológico. Eles foram treinados nos EUA. A psicologia pode ajudar o homem, mas também pode ser uma faca de dois gumes. Na tortura ela foi aproveitada para o mal.

Mas se você fizer um balanço ela favoreceu muito o homem, do ponto de vista da educação, do ajustamento das crianças aos programas, aos seus problemas. Mesmo a pessoa ser psicoterapeuta, conhecer os seus muros internos, é muito bom. Eu sempre vi na psicologia um aspecto muito mais construtivo do que destrutivo, embora ela possa ser uma bomba atômica.

Mas há muito pouco tempo se fala em psicólogo. Em 1940, quando

começamos a clínica psicológica, as pessoas perguntavam se lá dentro teria doentes, loucos. Não se tinha a idéia do que a psicologia pudesse ser. A psicologia nasceu há muito pouco tempo e, hoje em dia, proliferou tanto que tudo é psicologia. Na minha opinião, durante muito tempo o homem tinha medo de se conhecer e por isso a psicologia foi a última ciência que se desenvolveu.

CRP - A senhora fala com toda clareza da psicologia como área do conhecimento científico. E, ao mesmo tempo, aponta uma proliferação de práticas identificadas como psicológicas. Isso tem vários

"Se as escolas dessem uma base sólida, as práticas irracionais cairiam. Do jeito que as coisas estão, daqui a pouco as benzedoras também serão reconhecidas como psicólogas."

desdobramentos, com a tendência de que a psicologia venha também a ser identificada com as práticas irracionais. Como é que a senhora vê essa proliferação de "psicologias" e o papel das faculdades?

Madre Cristina - Eu acho que se as escolas dessem uma base sólida, como as faculdades sérias dão, as outras cairiam, porque, do jeito em que as coisas estão, daqui a pouco benzedora também é psicóloga.

Existe telepatia, mas isso é um fenômeno psicológico. Isso eu fazia com os meus alunos. Mas não é mágica, é um fenômeno psicológico que todo mundo é capaz de fazer. E nessas bruxarias por aí há muito de telepatia. A pessoa pensa e a outra adivinha o pensamento. Eu acho que está havendo um fenômeno. Em 1940, não se falava em psicólogo. Hoje já se pensa a psicologia como ciência. Mas no fim vão se misturando os conceitos e tudo vira psicologia.

CRP - É difícil construir um campo de conhecimento dessa maneira, onde tudo vira psicologia.

Madre Cristina - Eu acho que temos que ir aprofundando as coisas boas e as outras vão caindo por modismo. Porque se você combater diretamente, você alimenta. É isso que eles querem. As pessoas querem alimentar a discussão porque estão inseguras e precisam de uma afirmação, nem que seja ouvindo a própria voz. Então quando alguém quer discutir isso comigo, eu pergunto se ela acredita e digo para guardar a crença para ela mesma.

CRP - Mas o problema é a utilização dessas práticas com a população, muitas vezes, retardando soluções.

do nosso cérebro está atualizado. Precisamos entender que psicologia não é só o que o rato faz no laboratório. O rato faz muito pouca coisa. Nós temos que estudar é o homem, a mulher, o ser humano. Mas, para isso, precisaríamos ter teses de doutoramento. Eu fico triste quando vejo as teses de doutoramento. Não são criativas. Esses cursos como mestrado, doutorado, se tornaram uma obrigação, porque o profissional não pode lecionar na faculdade se não tiver feito.

CRP - O que a senhora diz é que, em boa parte, isso que está acontecendo com a psicologia hoje é culpa da própria psicologia. Ela restringiu o seu objeto, deixou de lado e agora reclama do espaço que outros estão ocupando.

Madre Cristina - Exatamente, porque se restringe o conceito de ciência àquilo que o rato faz no laboratório. Só que o ser humano é um pouco mais inteligente que o rato.

CRP - E sobre um prêmio que a senhora receberia do CRP e não quis? Era o prêmio Psicólogo do Ano, em 1981.

Madre Cristina - Não é que eu não quisesse. Mas acho isso uma bobagem, essa história de psicólogo do ano. Eu disse na época que todos os psicólogos ou são psicólogos do ano ou não são psicólogos. Disse que eles não se ofendessem, mas que eu não aceitaria, porque acho que todos os meus colegas e todos os meus alunos são os psicólogos do ano. Então fizemos uma outra solenidade, uma reunião, onde se discutiu qual é a influência da psicologia como intervenção na sociedade.

A psicologia tem que transformar a sociedade, sempre, porque o limite é o infinito. Todo dia eu sempre dizia aos meus alunos: quando você está aqui você só vê esses horizontes, mas na medida em que você vai crescendo o horizonte vai se ampliando. Então não tem psicólogo do ano. Todos os psicólogos são psicólogos do ano.

Madre Cristina - É preciso mostrar o caminho certo. A obrigação do psicólogo é ficar naquele caminho e ir mostrando. Mas isso também faz parte da psicologia humana. O ser humano gosta muito mais da magia. Para a ciência precisa raciocínio, cabeça fria, dá muito trabalho.

Mas há todo um campo da psicologia que não foi ainda reintegrado como ciência. Há uma série de fenômenos que a psicologia passou a definir como parapsicologia que, na minha opinião, deveriam ser estudados cientificamente. Eles têm um fundamento. Não é mágica. É uma força que a psicologia não descobriu ainda e os psicólogos, para se defenderem, dizem que é parapsicologia.

Como a psicologia não os estuda, ficam marginalizados pelas cartomantes, pelos videntes etc. Precisaríamos estar estudando esses fenômenos em laboratório. Existe transmissão de pensamento. Como isso se dá eu não sei, é preciso estudar. Mas a psicologia se nega a estudar isso. E as cartomantes desenvolvem isso.

Aliás, apenas um pedaço mínimo

Centro veio para ficar

Com a implantação definitiva do Centro de Orientação, CRP inaugura nova fase de relação com profissionais.

O centro de Orientação do CRP começou o ano com boas perspectivas de trabalho. Além da procura cada dia maior por psicólogos e usuários, tem recebido contribuições valiosas da categoria para a formulação de novos projetos. "Até pouco tempo atrás, o Centro ainda não era muito conhecido, mas agora os psicólogos e usuários têm nos procurado para solucionar questões de diversas naturezas, desde dúvidas mais simples a respeito de um procedimento legal até questões mais abrangentes, que podem gerar novos projetos de trabalho para o Conselho entre profissionais e Conselho, onde a orientação supere a rotina da mera consulta burocrática sobre problemas surgidos no dia a dia profissional para se transformar em novas diretrizes de ação para a entidade, capazes de transformar as condições de trabalho e o exercício profissional. Todas as consultas realizadas são anotadas e compiladas para que se busque as motivações que geraram aquelas dúvidas. Com isso, cria-se uma via de duas mãos, onde o Conselho cumpre seu papel fundamental de orientador dos profissionais e ao mesmo tempo dispõe de um instrumento para planejar suas ações de acordo com as necessidades apontadas pela realidade.

"Quando pensamos na criação do Centro, logo que assumimos a gestão, queríamos realizar um trabalho em que a orientação pudesse promover alguma transformação na psicologia. Não pretendemos deixar de lado a fiscalização, que também é função do Conselho. Mas não dava para continuar com aquele modelo antigo, que, por ser eminentemente punitivo, apenas estanca um processo, mas geralmente não contribui em nada para revertê-lo", explica a conselheira Cláudia Sodré Vieira, membro da Comissão de Supervisão do Centro.

Antes da criação do Centro o CRP realizava um trabalho de fiscalização, mas não era feito um acompanhamento consistente das possíveis alterações que aquelas fiscalizações estivessem produzindo. Assim, em muitas situações a legislação era aplicada de forma indiscriminada, mesmo para pequenos "delitos", como a falta do número do CRP de um psicólogo

para o Centro, que deverá funcionar, em sua etapa final de implantação, como um banco de dados qualificado para facilitar o fluxo de informações com o público e entre as diversas comissões de trabalho do Conselho. "Ele deverá cumprir desde a função de estar informando a diretoria e os conselheiros sobre questões relevantes a respeito das quais deverão se posicionar até o

As demandas apresentadas pelos profissionais são anotadas e estudadas, transformando-se em novos projetos

ses casos, o mais racional é orientar o profissional, que muitas vezes não sabe que o número do CRP é obrigatório no cartão", explica Cláudia.

Novos projetos

Desde o início de seu funcionamento até janeiro deste ano, o Centro já havia recebido um total de 2.578 consultas. Para se ter uma idéia do que essa demanda representa, em janeiro o Centro recebeu uma média de 10 consultas por dia. De acordo com informações de Helena, os assuntos das consultas são muito variados, englobando dúvidas simples e cotidianas, até questões mais complicadas e que exigem pesquisa por parte das psicólogas do Centro. "Nem sempre temos a resposta pronta. E nem sempre as questões podem ser resolvidas de uma hora para outra. É preciso pesquisar caso a caso e o mais interessante é que muitas vezes o próprio psicólogo nos ajuda a perceber caminhos que até então não tinham sido pensados, o que pode gerar uma conduta mais apropriada para outras situações semelhantes que venham a surgir", pondera.

Na avaliação da gestão, ainda não se chegou ao modelo idealizado

para o Centro, que deverá funcionar, em sua etapa final de implantação, como um banco de dados qualificado para facilitar o fluxo de informações com o público e entre as diversas comissões de trabalho do Conselho. "Ele deverá cumprir desde a função de estar informando a diretoria e os conselheiros sobre questões relevantes a respeito das quais deverão se posicionar até o

para o Centro, que deverá funcionar, em sua etapa final de implantação, como um banco de dados qualificado para facilitar o fluxo de informações com o público e entre as diversas comissões de trabalho do Conselho. "Ele deverá cumprir desde a função de estar informando a diretoria e os conselheiros sobre questões relevantes a respeito das quais deverão se posicionar até o

para o Centro, que deverá funcionar, em sua etapa final de implantação, como um banco de dados qualificado para facilitar o fluxo de informações com o público e entre as diversas comissões de trabalho do Conselho. "Ele deverá cumprir desde a função de estar informando a diretoria e os conselheiros sobre questões relevantes a respeito das quais deverão se posicionar até o

para o Centro, que deverá funcionar, em sua etapa final de implantação, como um banco de dados qualificado para facilitar o fluxo de informações com o público e entre as diversas comissões de trabalho do Conselho. "Ele deverá cumprir desde a função de estar informando a diretoria e os conselheiros sobre questões relevantes a respeito das quais deverão se posicionar até o

para o Centro, que deverá funcionar, em sua etapa final de implantação, como um banco de dados qualificado para facilitar o fluxo de informações com o público e entre as diversas comissões de trabalho do Conselho. "Ele deverá cumprir desde a função de estar informando a diretoria e os conselheiros sobre questões relevantes a respeito das quais deverão se posicionar até o

para o Centro, que deverá funcionar, em sua etapa final de implantação, como um banco de dados qualificado para facilitar o fluxo de informações com o público e entre as diversas comissões de trabalho do Conselho. "Ele deverá cumprir desde a função de estar informando a diretoria e os conselheiros sobre questões relevantes a respeito das quais deverão se posicionar até o

para o Centro, que deverá funcionar, em sua etapa final de implantação, como um banco de dados qualificado para facilitar o fluxo de informações com o público e entre as diversas comissões de trabalho do Conselho. "Ele deverá cumprir desde a função de estar informando a diretoria e os conselheiros sobre questões relevantes a respeito das quais deverão se posicionar até o

para o Centro, que deverá funcionar, em sua etapa final de implantação, como um banco de dados qualificado para facilitar o fluxo de informações com o público e entre as diversas comissões de trabalho do Conselho. "Ele deverá cumprir desde a função de estar informando a diretoria e os conselheiros sobre questões relevantes a respeito das quais deverão se posicionar até o

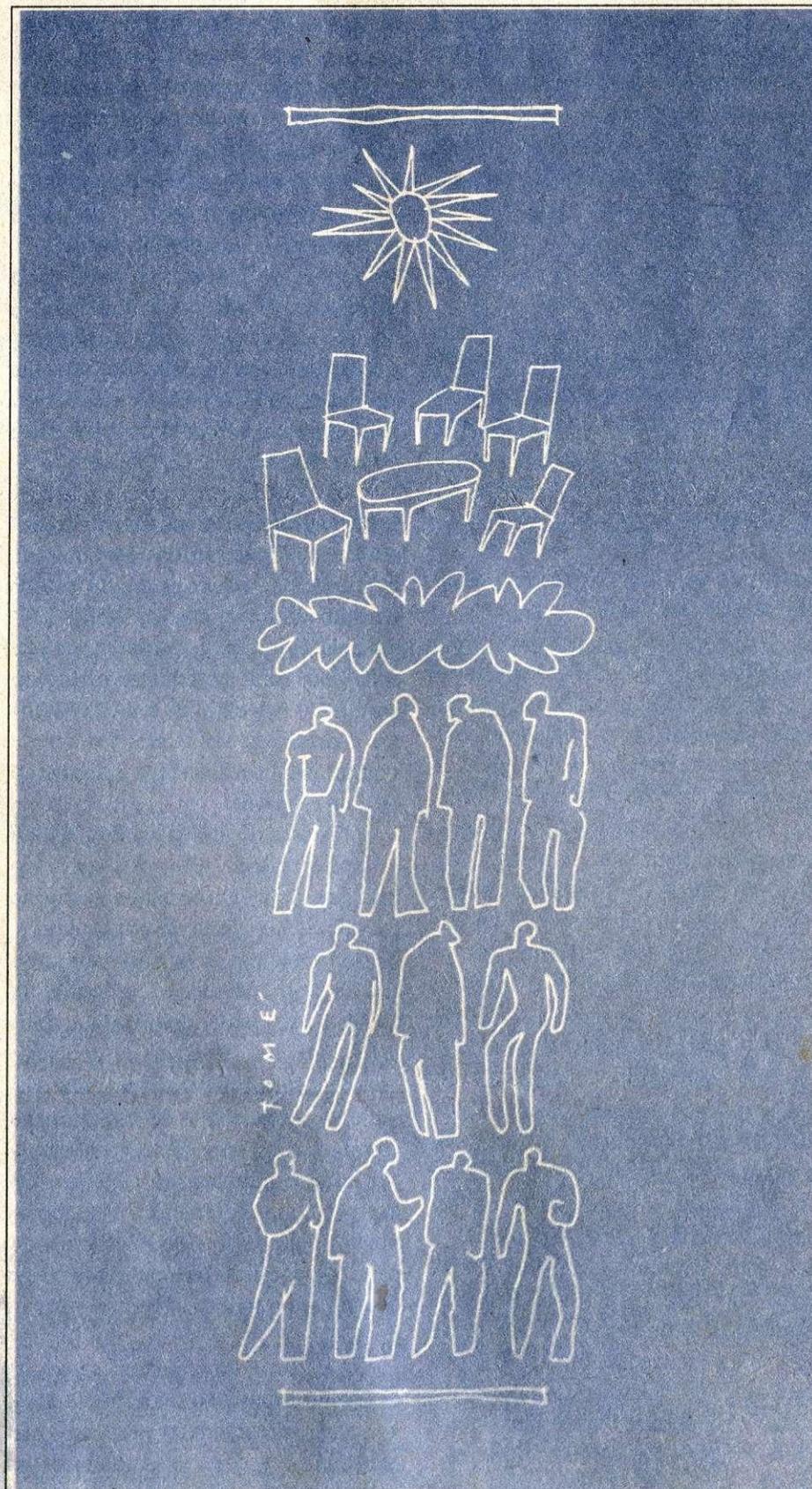
Os desafios do controle social do Estado

Conselhos Municipais enfrentam problemas, mas movimentos populares começam a se articular para garantir espaço de participação.

Não é de hoje que a discussão sobre a participação popular na construção da cidadania e da democracia vem ocupando espaço privilegiado no cenário das relações entre Estado e sociedade. Na década de 70, a questão estava implícita nos movimentos que reivindicavam habitação, esgoto ou centros de saúde, por exemplo, mas no início da década de 80 ela assumiu um caráter político mais nítido, culminando na campanha pelas eleições diretas para presidente, em 1984.

Mas o debate tomou novos rumos, desde que a Constituição de 1988 formalizou a existência dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais nas diversas áreas sociais. Entrava, então, em cena a possibilidade concreta da população exercer controle sobre as ações prestadas pelo Estado, com uma forma de participação garantida em lei. "A Constituição foi a caudatária dos movimentos populares que, naquele momento, estavam organizados para garantir conquistas importantes", afirma José Roberto Tozoni Reis, conselheiro do CRP.

Contudo, a garantia legal de direitos, embora represente uma vitória dos movimentos populares, não altera práticas políticas arcaicas de forma automática. Além disso, essas práticas encontram terreno fértil nas dificuldades que os movimentos populares vêm enfrentando. No momento de elaboração da Constituição, a organização social no país vivia uma fase de ascensão, mas hoje assistimos um período de desmobilização no qual os movimentos não estão encontrando meios de sustentar as inovações garantidas na lei. "A Constituição é mais avançada do que a organização social do país e, por isso, não é cumprida", avalia Tozoni.



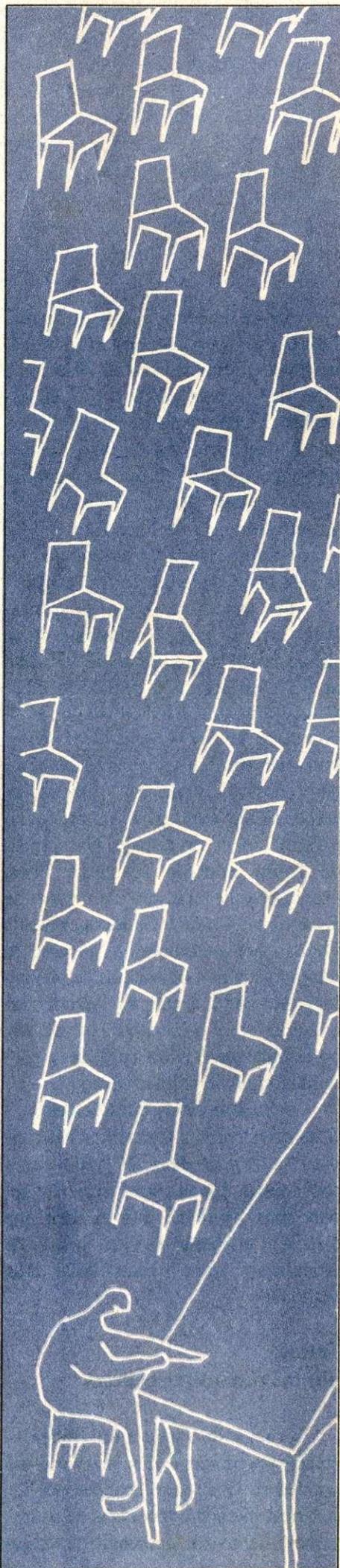
Dessa maneira, apesar de formalizados na Carta, os conselhos encontraram seu primeiro grande desafio na falta de vontade política dos governantes. A elaboração de leis orgânicas que os regulamentassem não ocorreu no prazo previsto e sua implantação tornou-se uma disputa onde a representatividade e a legitimidade, muitas vezes, foram relegadas a segundo plano, em favor de interesses políticos.

Em outras palavras, os Conselhos vivem, hoje, o momento de se firmar como fórum de decisões sobre as políticas sociais a serem traçadas. E, mais do que isso, os movimentos populares vivem o desafio de conseguir intervir efetivamente na elaboração dessas políticas, fazendo-se respeitados e exercendo, na prática, o controle social do Estado. Na opinião de Paulo Eduardo Mangeon Elias, professor e pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - Cedec, para se entender o processo de implantação dos Conselhos "é preciso levar em conta a relação assimétrica e secular entre o Estado e a sociedade no Brasil, que cria dificuldades de legitimidade e de práticas sociais".

Para discutir as questões específicas dos diversos Conselhos Municipais, o *Jornal do CRP*, publica, a partir desta edição, uma série de reportagens sobre as dificuldades que eles vêm enfrentando e as formas de articulação para transformar essa realidade.

Saúde: um movimento precursor

O setor de saúde é um dos principais precursores dos movimentos populares. Das reivindicações por assistência médica em centros de saúde, o movimento foi ganhando enverga-



dura política, até que começou a fazer parte do cotidiano a idéia de que, para ter saúde, é necessário transformar também a ordem política. Por isso, os segmentos ligados ao setor tiveram participação fundamental na luta que culminou na inclusão dos Conselhos Municipais na Constituição. E, como não poderia deixar de ser, os Conselhos de Saúde foram também um dos primeiros a lutar por sua legalização.

A apresentação de um projeto de lei que regulamentasse os dispositivos constitucionais referentes à saúde estava prevista para seis meses após a promulgação da Constituição, mas só veio a acontecer em 1990, com a publicação da Lei Orgânica da Saúde, a 8.080, que dispõe sobre a criação do Sistema Único de Saúde - SUS. Esta lei, porém, recebeu vários vetos, o que levou à edição da Lei Complementar 8.142, em dezembro de 1990, que regulamentou a participação da comunidade na gestão do SUS, através dos Conselhos e Conferências de Saúde. De acordo com a mesma lei, os Conselhos devem ter caráter deliberativo e fiscalizador, sendo os responsáveis pela formulação e controle das políticas de saúde.

A formulação de políticas implica, inclusive, em definir a aplicação das verbas públicas em setores prioritários definidos pela população, evitando que sejam destinadas a obras de caráter meramente político. O Conselho Municipal, portanto, é a instância que poderá enfrentar a prática, comum no Brasil, de tratar questões públicas como se fossem de direito privado. "O grande problema que os Conselhos enfrentam hoje é a disputa política, porque sua implantação definitiva e dentro de moldes democráticos implica numa diminuição do poder dos governantes", avalia Tozoni. "Se a representação popular for realmente democrática, passaremos a ter a população participando do gerenciamento das ações", completa.

Para garantir o controle social, além da participação paritária nos Conselhos Municipais, a lei prevê também a realização de Conferências de Saúde, de quatro em quatro anos. Essas Conferências deveriam reunir todos os setores envolvidos na formu-

lação das políticas do setor, para traçar as diretrizes a serem seguidas pelo município, com o acompanhamento dos Conselhos. Entretanto, desde o início do processo de implantação dos Conselhos, as Conferências foram, pouco a pouco, perdendo importância e não conseguiram manter sua agenda de reuniões em dia.

Composição paritária: a garantia de participação popular

A composição dos Conselhos e Conferências de Saúde também está estabelecida pela Lei 8.142, que define 50% de participação para a população, e 50% para os representantes do poder público, dos prestadores de serviço e dos profissionais da saúde. Pela mesma legislação, os municípios é que deverão decidir quais os segmentos da população e entidades deverão participar do Conselho, desde que sejam respeitados os critérios básicos de representação.

Contudo, a participação paritária também enfrenta obstáculos. "Há uma grande manipulação dos prefeitos no momento de indicar as entidades que deverão participar dos Conselhos Municipais de Saúde, e a tendência é que convidem somente aquelas que compartilham sua cartilha política", afirma a psicóloga sanitária Rosemeire Foltran, subcoordenadora da Subsele de Santo André, .

Na área de jurisdição do CRP-06 as experiências são diferenciadas, mas, em geral, confirmam a avaliação da subcoordenadora de Santo André. Neste município, o prefeito alterou a Lei Orgânica Municipal, retirando do Conselho seu poder deliberativo, definido pela Lei Federal, e deixando apenas seu papel consultivo. Os movimentos populares e de profissionais entraram com ação junto ao Ministério Público e aguardam resposta. De acordo com Rosemeire, "os movimentos populares estão se articulando para exigir que a lei seja cumprida e assegurado a todos o direito à participação".

De fato, em muitos casos, o Conselho Municipal de Saúde consegue atuar somente como executor das políticas traçadas pelas prefeituras.

Através de argumentos técnicos, o poder público emperra o trabalho com procedimentos burocráticos e, com isso, os movimentos populares não têm acesso às informações com a antecedência necessária para que possam instrumentalizar seus representantes para as discussões.

A mesma dificuldade foi levantada pela pesquisa "Os movimentos populares e a saúde como um direito", realizada pelo Cedec sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, no período de 1989 a 1992. Segundo o estudo, a participação popular é muito dependente da administração municipal. "Não é indiferente se uma administração tem na sua proposta de governo o ideário da participação", diz Paulo Elias. "Quando tem, ela tende a potencializar os mecanismos de participação, como os conselhos, mas se não tem, vai dificultar", explica o pesquisador.

A Prefeitura de São Paulo, por exemplo, apesar de reconhecer formalmente o Conselho Municipal, na prática tem ignorado seu caráter deliberativo e fiscalizador, impedindo sua participação em questões emergenciais. "O projeto de privatização do Hospital de Campo Limpo, por exemplo, só chegou até o Conselho quando já estava na Câmara Municipal, para votação", afirma o psicólogo Floriano Nuno de Barros, representante dos profissionais de Saúde junto ao Conselho Municipal. Além disso, o projeto de privatização do sistema de saúde em São Paulo vem gerando polêmicas entre profissionais e movimentos populares, que nem sequer foram consultados para sua implementação (Veja quadro à página 10).

Já em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, além da demora para que o trabalho se iniciasse, o problema que os Conselhos enfrentam agora é a desmobilização, "devido a um descrédito da população", segundo avalia a subcoordenadora da Subsele, Alexandra Graboski. Para a psicóloga, os usuários têm comparecido às reuniões, "mas não participam efetivamente, porque este tipo de experiência é muito nova e ainda não está consolidada."

Contudo, em Santos o Conselho Municipal de Saúde tem prestado

bons serviços à população. "Aqui, a Prefeitura tem sido muito receptiva ao Conselho, o trabalho está bem encaminhado e vemos boas perspectivas para este ano", disse Plínio Alvarenga, coordenador da Subsede local.

Também em Cuiabá, no Mato Grosso, o Conselho Municipal tem atuado de forma satisfatória. Na avaliação de Tozoni, há uma relação evidente entre as possibilidades de mobilização política e o sucesso na implantação dos Conselhos nestas cidades. Ele lembra, inclusive, que foi na gestão do prefeito Dante de Oliveira que o Conselho Municipal de Saúde de Cuiabá foi definitivamente implantado.

Os municípios de Santos e Cuiabá, por sinal, fazem parte de um pequeno grupo de cidades que já conseguiu atingir um estágio mais adiantado no trabalho do Conselho e na implantação do Sistema Único de Saúde, estando, desde o final do ano passado, na gestão semi-plena dos recursos da saúde (veja quadro sobre formas de gestão).

Burocracia: repasso de verbas ainda depende de lei

Numa outra ponta da questão, os Conselhos Municipais de Saúde ainda se vêem às voltas com problemas financeiros, que impedem seu pleno funcionamento, devido à falta de vontade política dos governantes.

Um dos obstáculos é a forma de repasse de verbas para o SUS, que devem ser gerenciadas pelos Conselhos, através dos Fundos Municipais de Saúde. De acordo com a lei, o repasse deve ser feito a partir das necessidades de cada município, que, tecnicamente, resultam da avaliação dos serviços já existentes e do número de habitantes de cada local, em comparação com critérios epidemiológicos pré-estabelecidos.

Contudo, segundo Rosemeire, como o artigo da Lei Orgânica da Saúde que trata da questão ainda não foi regulamentado, continua-se a fazer o repasse a partir dos critérios do extinto Inamps, ou seja, em função de

uma suposta "produtividade" de cada local. De acordo com esse sistema, a cada atendimento executado é emitida uma guia a ser enviada ao Estado, para o reembolso.

Os valores pagos por atendimento são baixos e o pagamento demorado. Com isso, cria-se também a dificuldade de planejar ações, uma vez que as verbas vêm como reposição de gastos com serviços já executados. "Da forma como está sendo feito o repasse, os municípios assumiram os encargos com a saúde, sem a contrapartida de receber as verbas para cumprir com suas obrigações", diz Rosemeire.

Enquanto esta regulamentação não vem, a solução provisória foi a adoção de formas diferenciadas de gerenciamento dos recursos do SUS: as gestões incipiente, parcial, semi-plena e plena. "Essas formas de gestão representam uma estratégia técnica estabelecida para enquadrar a realidade dentro de critérios e fazer o repasse de verbas", explica o pesquisador Paulo Elias, que participou da comis-

Sempre que se fala em destinação de recursos para a saúde, confunde-se a forma definitiva de gerenciamento a ser adotada pelos Conselhos Municipais da Saúde com a estratégia provisória de criação das gestões incipiente, parcial, semi-plena e plena.

De acordo com o pesquisador do Cedec, Paulo Elias, "estas formas de gestão foram criadas pelo Ministério da Saúde, no governo passado, para garantir a chamada municipalização da saúde". Naquele momento estava sendo extinto o Inamps e deveriam ser criados novos critérios de transição para atender às necessidades do SUS.

Segundo Elias, estas formas de gestão não devem ser confundidas, contudo, com os Fundos Municipais de Saúde, que constituem um modelo de caráter definitivo. "Os Fundos foram incentivados para garantir que os recursos sejam gastos na saúde e não desviados para outras finalidades, como acontecia na época do Suds", diz o pesquisador.

Assim, para que o repasse das verbas seja feito de forma satisfatória, colocou-se como pré-requisito a criação dos Fundos e dos Conselhos Municipais de Saúde que passaram a ser os responsáveis pela destinação das verbas.

As formas de gestão, portanto, dizem respeito aos diversos níveis de competência técnica e gerencial que os municípios têm capacidade de assumir. Dessa forma, à medida em que eles demonstram capacitação para ampliar seu papel e assumir responsabilidades, eles vão conquistando autonomia de forma gradativa. Em linhas gerais, os diversos níveis de gestão são definidos da seguinte maneira:

Incipiente - Os recursos são repassados sob a forma de pagamentos a atendimentos ambulatoriais e hospitalares.

Parcial - O gerenciamento da rede ambulatorial passa a ser assumida pelo município. Os recursos são maiores e correspondem à diferença entre um teto de repasses já definido e o pagamento efetuado pelo Governo Federal às instituições públicas e privadas.

Semi-plena - O município assume a responsabilidade das ações e serviços prestados pelo SUS e passa a receber os recursos totais para custeio.

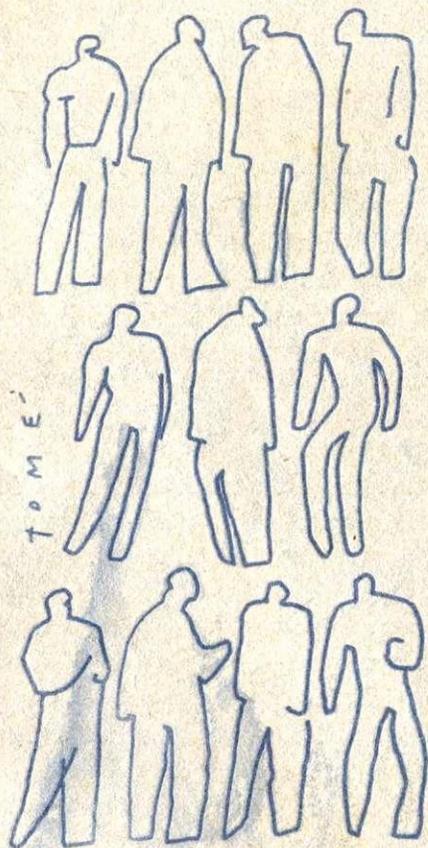
Plena - É a etapa final da municipalização. A diferença em relação à gestão semi-plena é que, neste nível de implantação, o município passa também a contratar serviços, de acordo com as necessidades.



são que formulou o projeto de extinção do Inamps.

Apesar de todas as dificuldades, no entanto, os Conselhos Municipais ainda são considerados a forma mais racional e democrática de gerenciamento da saúde e, a julgar pela disposição dos setores da população envolvidos, os problemas têm tudo para ser superados pela discussão e mobilização. "Se o primeiro momento foi o de ocupar espaço, o próximo será o de traçar uma política articulada para essa participação", define Tozoni.

De acordo com o representante dos profissionais de Saúde no Conselho Municipal de Campinas, e coordenador da Subsede local do CRP, Esequiel Laco Gonçalves, este é o passo fundamental a ser dado, devendo tempo para obter informações prévias sobre as questões que o Conselho estiver discutindo", diz o coordenador. "Além disso, é fundamental que eles tenham a base politizada, garantindo decisões qualificadas para a realidade de cada segmento", finalizou.



Plano da Prefeitura quer privatizar saúde

Apresentado pela Prefeitura de São Paulo como uma solução para os problemas do sistema de saúde pública municipal, o Plano de Atendimento à Saúde - PAS, tem recebido críticas de todos os segmentos que trabalham no setor. Ele cria cooperativas de médicos e funcionários para administrar os hospitais e postos de saúde, cujos serviços poderão ser executados por empresas de medicina de grupo.

Para os profissionais da saúde, o Plano, que não foi discutido com os servidores do setor e nem levado ao conhecimento do Conselho Municipal, tem muitos pontos polêmicos. O principal deles é o caráter privatizante da iniciativa. "O que está em jogo é uma nova proposta de capitalização da saúde. O projeto serve para reformulações para se adaptar ao PAS, Elias defende ainda que o ponto central da discussão é o controle social sobre o sistema. "Na área das políticas sociais, as iniciativas, sejam privadas ou do Estado, têm que seguir a lógica da "coisa pública", afirma. "No Brasil, enquanto se discute qual o papel do Estado, as empresas de medicina de grupo definem qual é esse papel, que, curiosamente, é aquilo que tem sido negado", completa, explicando que PAS contraria até mesmo o discurso privatizante, onde se prevê a saída do Estado de todos os setores como da comunicação, da indústria, energia etc. "No PAS, o Estado fica e a iniciativa privada encosta nele", ataca.

Segundo o pesquisador, um projeto para a saúde tem que respeitar suas particularidades, já que "neste setor, ao contrário de outras áreas de produção, é a oferta que conforma a demanda, e estamos diante interesses muito articulados do chamado complexo médico-industrial, composto pela indústria farmacêutica e de equipamentos".

Também sobre o PAS, os conselhos de profissionais da saúde se posicionaram publicamente em nota oficial veiculada na grande imprensa. Veja a íntegra do documento:

Os Conselhos Profissionais que atuam na área da saúde, reunidos em 24 de janeiro de 1995, na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, consideram que:

1- O Plano de Saúde proposto pela Prefeitura Municipal de São Paulo (Plano de Atendimento à Saúde -

PAS), apresentado à imprensa, não foi até o presente momento esclarecido nos seus pontos fundamentais;

2- É de conhecimento da opinião pública e das entidades da área de saúde, através da imprensa, o caráter privatizante da iniciativa;

3- Conforme foi exposto, o Plano demonstra ser de caráter discriminante e restritivo;

4- Não existe garantia de cobertura a todas as patologias, deixando de atender às necessidades de saúde da população;

5- O atendimento à saúde é preceito constitucional, direito assegurado a todos os cidadãos do país.

Desta forma recomendam:

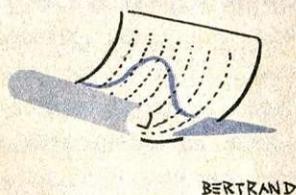
Conselho Regional de Biologia
 Conselho Regional de Biomedicina
 Conselho Regional de Enfermagem
 Conselho Regional de Farmácia
 Conselho Regional de Fisioterapia e
 Terapia Ocupacional
 Conselho Regional de Fonoaudiologia
 Conselho Regional de Medicina
 Conselho Regional de Nutrição
 Conselho Regional de Odontologia
 Conselho Regional de Psicologia
 Conselho Regional de Técnicos em Radiologia

E, em carta enviada à folha de São Paulo, o CRP-06 comentou reportagem sobre o assunto: "Muito importante a matéria-denúncia publicada no Caderno Cotidiano da Folha de São Paulo (17/01/95) sobre o plano que cria o "seguro dos pobres", eufemisticamente denominado Plano de Atendimento à Saúde.

Tal plano, apresentado pelo Sr. Paulo Maluf, faz parte do projeto neoconservador que visa descomprometer o Estado de suas funções sociais e básicas, privatizando áreas sociais estratégicas tais como a Saúde e Educação. Os setores profissionais e sociais que prezam minimamente a dignidade e a cidadania precisam opor-se com vigor a essa iniciativa".

Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

"The Bell Curve" reaviva polêmica a respeito dos testes de inteligência



BERTRAND

Em outubro de 1994, o sociólogo Charles Murray e o psicólogo Richard Herrnstein publicaram, nos Estados Unidos, o livro "The Bell Curve" (A Curva Normal), um estudo estatístico de diversas pesquisas que comparavam a inteligência de brancos e negros. De acordo com as conclusões do livro, os negros não somente são biologicamente menos inteligentes que os brancos de origem asiática e européia, como a partir dessa constatação não se justificaria o emprego de verbas públicas com esses segmentos, uma vez que o retorno seria praticamente nulo.

O livro, é claro, causou polêmica. Questionado em sua metodologia e rigor científico, "The Bell Curve" trouxe à tona, além da questão racial, a discussão sobre os instrumentos de que a psicologia dispõe e utiliza para a avaliação de conceitos sobre os quais não se têm definições claras e precisas.

Polêmicas à parte, o que está em jogo é o caminho a partir do qual a ciência pode e deve se desenvolver. A discussão em torno de "The Bell Curve" mostra, mais uma vez, o vínculo entre fazer científico e ideologia, chamando cientistas e intelectuais à responsabilidade na construção de conceitos e aplicação de critérios para pensar a realidade.

O Jornal do CRP ouviu a opinião de profissionais de diversas áreas da psicologia sobre estas questões.

Arrigo Leonardo Angelini

Ex-diretor do Instituto de Psicologia da USP e professor aposentado da cadeira de Psicologia Intercultural.

A avaliação da inteligência, como a de qualquer outro comportamento, é a resultante de duas ordens de variáveis: as hereditárias e as ambientais. É da interação entre esses dois fatores que resulta o comportamento. Isso é válido para a inteligência, para a aptidão e várias outras características. Determinar qual a parcela de influência exata de um ou outro fator é muito difícil.

Nós temos que considerar que certos grupos minoritários às vezes sofrem uma desvantagem ambiental e, quando há uma avaliação de inteligência, com testes construídos para a maioria, eles se saem mal. É o caso dos indivíduos da raça negra, de países subdesenvolvidos, localizados numa faixa sócio-econômica baixa. E isso se perpetua através de gerações.

Quando se fala em inteligência, nós temos que relacioná-la com os testes, cuja construção significa um problema muito grande. Como eles são construídos? É muito difícil se chegar a uma validação do teste, porque temos sempre que considerar para que grupo ele foi construído. É o problema cultural dos testes.

Há também uma questão filosófica, pois o teste geralmente é usado para seleção, em concursos, na escola e sobretudo no trabalho. A sociedade seleciona os melhores e abandona os outros. Mas existe uma consciência muito grande disso, pelo menos nos EUA, onde eles têm um cuidado especial com as minorias.

José Leon Crochik

Professor de Personalidade e Ajustamento no curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da USP, de Psicologia Escolar e Psicologia Social no programa de Pós-graduação da USP.

Eu acho que o estudo é preconceituoso, pois procura justificar a possibilidade de segregação dos negros. A partir dos resultados de estudos co-

letados para o livro, os autores passam a fazer correlações que justificam a inferioridade da inteligência pelos genes. Esse é o caminho mais amplo que pode ser feito na especulação de uma hipótese. Em termos científicos, ao deparar com o fato, parte-se de explicações mais simples para depois buscar as mais complexas. E as mais simples, óbvias e já consolidadas são que tanto o povo negro quanto os mais pobres, independentemente de serem negros, têm menos acesso ao desenvolvimento da inteligência, no sentido que pretende a cultura. Obviamente a primeira causa que se deve procurar é a desigualdade social e aquilo que é definido como inteligência para verificar se as pessoas testadas tiveram a possibilidade de desenvolver aquilo que os testes requerem.

Os testes de inteligência, até hoje, se pautam por diversas definições. Ora em cima do fator G, ora no sentido multifatorial, de tal forma que nem aquilo que os testes estão medindo nem o conceito de inteligência são isentos de discussão. Não há um fato circunscrito, definido, consensual, do que vem a ser a inteligência e muito menos de que seja aquilo que os testes medem.

A questão complica quando associamos que aqueles que possibilitaram o surgimento dos testes psicológicos eram ligados à eugenia, como Galton. Esse estudo, portanto, retoma hipóteses do século passado, calcadas na eugenia, que foi uma das bases do fascismo e do nazismo. Isso sem que haja nenhuma evidência concreta de qualquer diferença em termos de inteligência ou de características psíquicas entre as raças. É um estudo preconceituoso, também, porque o ideal iluminista da civilização é chegar à universalidade do homem. Portanto, a questão da diferenciação inata entre os homens já é fascista.

A neutralidade da ciência, em dados momentos, é confundida com a liberdade que o pesquisador tem de investigar o que quer, independentemente dos danos que possa acarretar. Portanto, a pergunta se o negro é mais ou menos inteligente que o branco não é muito distinta das

pesquisas com prisioneiros nos campos de concentração, na Segunda Guerra. Em termos concretos da existência e pelos prejuízos pessoais, rituais e mesmo sociais dos negros, esse estudo tem de ser legitimamente criticado.

Antonio Carelli

Professor de Orientação Vocacional e Medidas Vocacionais da Faculdade de Educação da USP

O assunto é complexo e essa história não é nova, é cíclica. Há uma divergência antiga sobre o que seria mais importante para determinar a inteligência: a hereditariedade ou o meio ambiente? Dizer que o negro, ou mesmo o latino, tem um QI menor estaria implicando essa hereditariedade.

Não há dúvida de que esses dois aspectos são importantes. Se o indivíduo nasce com um potencial muito grande, mas o meio não o estimula, ele não vai desenvolver o que seria capaz. Por outro lado, um indivíduo que tenha um potencial não tão grande, mas está inserido num meio que o estimula, é possível que desenvolva o máximo de que é capaz.

Há 30 ou 40 anos, essa discussão estava na ordem do dia. Nos EUA, havia uma direita que procurava adotar a tese de que a hereditariedade é que é importante. De outro lado, pessoas procuravam demonstrar que um QI menor pode ser o resultado da falta de oportunidades. Isso é uma disputa que dificilmente chegaria a uma conclusão final e aparece ciclicamente. Enquanto o negro era discriminado era importante achar que a hereditariedade é o fator fundamental.

Os testes dependem da interpretação ideológica da pessoa. Nós construímos o teste para que ele se distribua de acordo com a curva normal de probabilidades, porque é mais tranquilo trabalhar com algo conhecido do que com uma distribuição caótica. Agora, implicar que determinado grupo racial ou tipos de indivíduos têm uma predisposição genética para ter um determinado resultado é que é um problema sério.

Eu diria que o teste não é bom nem ruim. É importante que se tenha

o instrumento para várias situações. O uso que se faz dele é que pode ser bom ou ruim, pois embora não se destine a isso, pode servir como instrumento de discriminação.

Que o negro americano geralmente obtém resultados menores do que os brancos é verdade. Mas isso ocorre por que ele tem uma deficiência genética, ou por que ele não teve um ambiente tão bom, escolas tão boas quanto aqueles que obtêm resultados mais altos? O que nós podemos dizer é que as pessoas com um nível social mais baixo sempre vão ter resultados piores nos testes do que aqueles com níveis sociais mais elevados.

Iraí Cristina Boccato Alves

Professora de Técnicas de Exame Psicológico do Instituto de Psicologia da USP

Eu acho que existem dois tipos de problema: de um lado vemos o preconceito, do qual alguns pesquisadores ainda não conseguiram se livrar, tentando utilizar os instrumentos para dizer que um grupo é inferior ao outro e, de outro lado, vemos o ataque aos testes psicológicos. Ou seja, fica-se na tendência de dizer que existe ou não o preconceito, e joga-se a culpa nos testes.

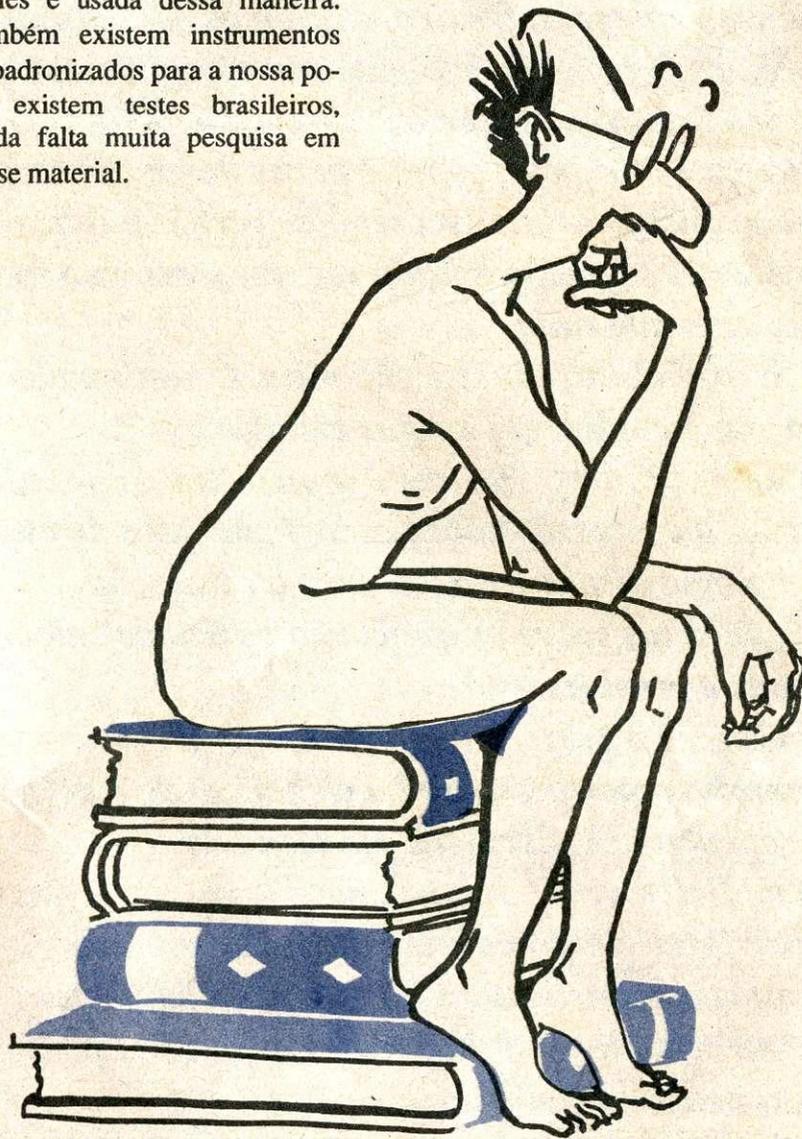
Os testes acabam ficando na berlinda, quando o problema mais sério é o do preconceito racial. Os testes não são, e nem pretendem ser, instrumentos perfeitos. Mas têm o seu valor e não devem ser jogados fora. Eles são utilizados conscientemente por alguns psicólogos. Mas existem outros que os utilizam indevidamente e, quando não dá o resultado que eles esperam, falam mal do teste. Mas às vezes o problema é do próprio psicólogo que não está bem formado para utilizar os testes.

O teste é um instrumento de medida que, se não se souber usar, cria uma situação semelhante a, por exemplo, um exame de urina em que os reagentes não são bem utilizados. Os resultados são errados. Da mesma maneira, os testes psicológicos não são absolutos, não são perfeitos, têm restrições e problemas que o psicólogo consciente, que estuda adequa-

mente o seu instrumento, consegue vencer.

No Brasil, temos um problema sério, porque a maior parte dos instrumentos não está padronizada para a nossa população. Muitos testes são traduzidos e usados com as tabelas americanas ou inglesas etc. A padronização implica uma pesquisa, em que é necessário aplicar o teste num grupo grande de pessoas e numa amostra que seja representativa da população. Pesquisa implica dinheiro e em geral não temos os recursos necessários para isso. Por isso acaba-se pegando os instrumentos importados, traduzindo-se, em alguns casos com traduções bem feitas e em outros não, e começa-se a usar do mesmo jeito o instrumento. Então o instrumento, nesse caso, é inadequado.

Eu não estou dizendo que todos os testes sejam assim, mas uma boa parte deles é usada dessa maneira. Mas também existem instrumentos que são padronizados para a nossa população, existem testes brasileiros, mas ainda falta muita pesquisa em cima desse material.



Então os autores de "A Curva Normal" fizeram questão de esquecer essas pesquisas que não interessavam para eles e pegaram somente o QI médio da população branca, o QI médio da população negra, sendo que todos sabem que em termos sócio-econômicos a população negra norte-americana vive em condições muito desfavoráveis em relação à branca.

Odair Sass

Conselheiro-presidente do CRP-06
Professor do Programa de
Pós-graduação em Psicologia Social
da PUC

O problema das medidas dos testes psicológicos está mal colocado. É uma questão complexa do ponto de vista científico e político. Isso não é válido somente para os testes de inteligência, mas para as várias formas de avaliação psicológica, em particular os testes, sejam de personalidade ou de inteligência.

Originalmente, a finalidade era distinguir diferentes níveis de desempenho em crianças. A idéia inicial dos testes de inteligência, de Alfred Binet, no início do século, era contribuir na organização escolar, montando classes homogêneas e dando racionalidade ao sistema. Mas as questões já foram complicadas teoricamente, desde a sua origem, porque seguem uma definição circular, na qual a inteligência é circunscrita àquilo que os próprios testes medem.

Ao longo deste século, vários autores e escolas da psicologia vêm fazendo a crítica científica desse conceito

circular, dessa concepção cristalizada ou endógena da inteligência e propondo outras formas de análise. Um bom exemplo é a concepção de Piaget que, por fazer a crítica a essa visão fotográfica e procurar fazer uma análise de processo do desenvolvimento da inteligência, fez uma crítica dos chamados testes de inteligência. Sua preocupação fundamental é utilizar instrumentos, procedimentos e situações que permitam a compreensão da inteligência como um processo, e não essa busca de matematizar a inteligência.

A "Curva do Sino" é, na verdade, um produto ideal, abstrato, matematizado e, portanto, sujeito às conclusões puramente lógicas da matemática. Você pode encontrar na natureza fenômenos que não se distribuem assim. Portanto, esse é um produto idealizado, pois existe uma série de artifícios matemáticos para normalizar os fenômenos.

Aqueles que dizem que os testes não têm problemas, e sim a sua utilização, partiram dessa visão equivocada, circular, segundo a qual inteligência é o resultado aferido num teste. Essa maneira de definir a inteligência é frágil do ponto de vista científico e da evolução do desenvolvimento do conceito ao longo deste século, no qual a inteligência é vista como uma resultante complexa de uma interação com o meio social, físico e com a cultura.

A inteligência, vista desta perspectiva circular, é desconectada de todos esses processos complexos a partir dos quais se manifesta. E quando o conceito é dissociado das condi-

ções que o engendram, ele pode ser associado a qualquer coisa, a situações raciais e até climáticas. Esse sentido de aplicação, considerando tudo válido, cria uma situação engraçada. Você absolutiza um conceito, depois ele é relativo a qualquer coisa. Isso não tem sustentação científica e traz uma consequência política trágica.

A consequência política desse "descolamento" do conceito é essa que tem sido apresentada na imprensa sobre o termo "curva do sino" que, mais do que uma interpretação preconceituosa, é uma maneira nova de dizer coisas velhas. É uma concepção que vincula a inteligência às raças e, portanto, é racial e segregacionista. São formulações pseudocientíficas que sustentam uma tese nazifascista.

Um dos autores do livro, Richard Herrnstein, publicou um artigo em 1971 exatamente sobre a curva normal, para discutir a questão da inteligência, e escreveu um livro, que no Brasil foi publicado pela editora Zahar, chamado "QI na Meritocracia" (1975). O livro continha afirmações similares às desse recém-publicado, mas qual foi a repercussão naquele momento? Nenhuma. O que é curioso é que nos momentos de rupturas das regras mínimas de convivência, como essa crise generalizada, que não é só econômica, mas também cultural e institucional, todas as formas de irracionalismo emergem.

Por isso é que, embora essa discussão tenha uma aparência científica, ela serve política e ideologicamente à discriminação, ao segregacionismo, ao racismo. Isso é grave porque ela não é apenas uma forma de apelo divino ou religioso, mas aparece tendo sustentação científica.

Que Auschwitz não se repita!

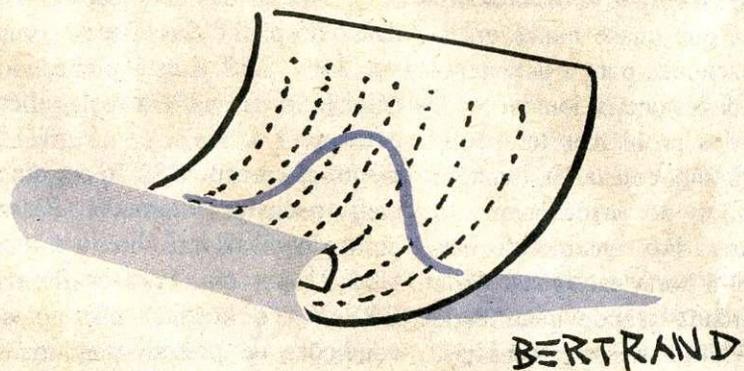
Em 27 de janeiro deste ano, a libertação de Auschwitz pelo Exército Vermelho completou 50 anos. Criado em 1940, na Polônia, o campo de Auschwitz começou como um centro de detenção para presos políticos, mas logo se transformou no maior complexo para extermínio de judeus, formado por mais de 40 campos de concentração. Lá foram mortas cerca de 1,5 milhão de pessoas. Desse total, 90% eram judeus.

As atrocidades cometidas em Auschwitz em nome da eugenia e seus significados para a história da humanidade foram uma preocupação constante do filósofo alemão Theodor W. Adorno, um dos principais representantes da Escola de Frankfurt. Vítima das perseguições do nazismo, Adorno tornou-se um dos principais críticos da massificação criada pela indústria cultural, que, segundo ele, seria uma nova forma de totalitarismo. Para que se evite um novo holocausto, Adorno propõe a compreensão dos "mecanismos que tornam os homens assim, que os tornam capazes de tais atos".

Para registrar a data e a necessidade de que a sociedade encare a possibilidade do surgimento de novos Auschwitz, o Jornal do CRP reproduz um trecho do artigo de Adorno "Educação após Auschwitz", publicado em 1974:

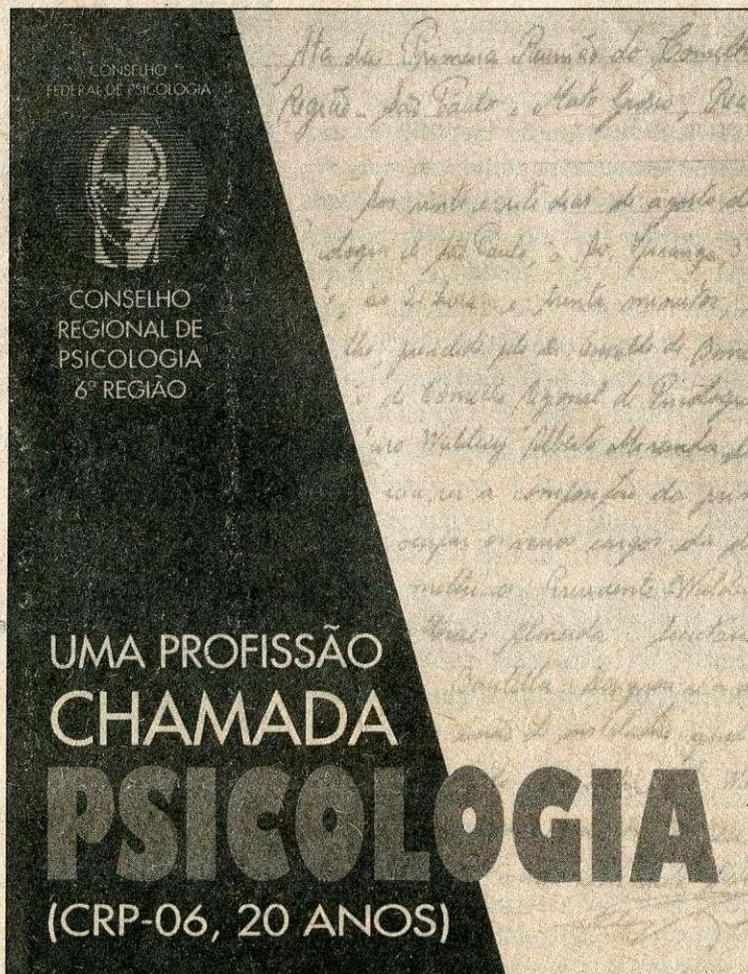
"...A exigência que Auschwitz não se repita é primordial. Precede de tal modo quaisquer outras, que, creio, não deva nem precise ser justificada. Não consigo entender como tenha merecido tão pouca atenção até hoje. Justificá-la teria algo de monstruoso em face da monstruosidade que ocorreu. Mas que a exigência e os problemas decorrentes sejam tão subestimados testemunha que os homens não se compenetraram da monstruosidade cometida. Sintoma esse de que subsiste a possibilidade da reincidência, no que diz respeito ao estado de consciência e inconsciência dos homens. (...) Que Auschwitz não se repita. (...) Fala-se da iminente recaída na barbárie. Mas ela não é iminente, Auschwitz é a própria recaída; a barbárie subsistirá enquanto as condições que produziram aquela recaída substancialmente perdurarem."

Para discutir a questão dos testes, o CRP montou, com entidades públicas e privadas, a Comissão de Normas para Procedimentos de Avaliação psicológica. A Comissão vai criar nova certificação de qualidade para os testes e já está realizando reuniões na sede do Conselho. As sugestões podem ser enviadas para o Centro de Orientação (veja matéria nesta edição).



Uma profissão chamada psicologia

Livro que conta a história da profissão está pronto. CRP convida psicólogos para lançamento



Dia 15 de fevereiro é a data do lançamento do livro "Uma profissão chamada psicologia", que conta a história dos 20 anos do Conselho Regional, através dos fatos mais marcantes por que passou a profissão ao longo deste período. A festa de lançamento será às 19:00 horas, no Bar Segundo Ato, à Rua Bartira, 401, em Perdizes (ao lado da PUC).

Segundo os editores Kazumi Munakata e Jorge Carvalho do nascimento "Uma Profissão Chamada Psicologia" é um livro de memórias que nasceu da pesquisa da bibliografia de duas décadas, de correspondências mantidas entre o CRP e o Conselho Federal de Psicologia, e de uma série de entrevistas com profissionais que participaram de momentos fundamentais para a profissão, desde o seu nascimento.

A edição do livro representa também o resgate de um período da história da psicologia, principalmente porque muitos dos documentos que registravam vários momentos foram incinerados de cinco em cinco anos, sob o pretexto de fazerem parte de documentos "vencidos".

Através do livro o leitor tomará conhecimento de fatos curiosos da história da psicologia, como a estratégia utilizada para conseguir a regulamentação da profissão. "Só conseguimos a aprovação da Lei 4119 porque nela não se incluem as expressões 'clínica' nem 'terapia'. Elas eram consideradas na época, privativas dos médicos", conta Arrigo Angelini, o portador do CRP número 1. Como se pode ver, muita coisa mudou de lá para cá.

Outro bom momento dessa história é o registro de vários fatos que culminaram no Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, realizado ano passado em Campos de Jordão. Para quem não acompanhou de perto, o livro traz informações que permitem entender a importância do processo.

O livro, com 198 páginas poderá ser adquirido no lançamento ou na Sede do CRP, à rua Borges Lagoa, 74, Vila Mariana. Também poderá ser encontrado na Livraria Cortez.

Também haverá festa de lançamento em todas as subseções. Informe-se em sua região.

Apoio
Cultural



Um espaço múltiplo onde a música divide a
cena com você e a sua bebida predileta.
II ATO BAR Rua Bartira, 401
Perdizes - SP - Ao lado da PUC

NOTAS

Comissão de vistoria denuncia hospital à vigilância sanitária

Mais um hospital psiquiátrico vistoriado pela Comissão de Conselhos Profissionais (CRP, Cremesp, CRF e Cress), em janeiro, apresentou irregularidades e falta de projeto terapêutico. Desta vez foi o Instituto Araraquarense de Psiquiatria, conveniado ao SUS. A informação é dos fiscais credenciados pelo CRP, Floriano Nuno de Barros e Maria Costantini. "Os pacientes ficam ociosos, quando não são colocados para trabalhar na limpeza ou na hora das refeições, devido à falta de funcionários," afirmaram os psicólogos.

De acordo com os fiscais do CRP, o hospital adota visão organizacional

do sofrimento mental, o que provoca ênfase no tratamento medicamentoso, com o uso, inclusive, de eletrochoques, aplicados sem os cuidados recomendados mesmo por aqueles que os professam. "Até os profissionais que adotam o eletrochoque recomendam certos cuidados, como o uso de anestesia. Mas no Instituto o tratamento é aplicado num leito baixo, na enfermaria, pelo psiquiatra, com o auxílio de dois atendentes", informou Floriano. Ainda de acordo com ele, o médico responsável pela enfermaria não tentou esconder a falta de cuidados na aplicação do eletrochoque, afirmando que o hospital utiliza o "método lusi-

tano", para tratar seus doentes.

O Instituto conta com apenas três psicólogas e uma terapeuta ocupacional. Mas quem determina a necessidade desses tipos de tratamento é o médico, que quase nunca encaminha os pacientes para a psicoterapia ou atividades ocupacionais.

Além dos problemas terapêuticos, a comissão constatou também irregularidades no armazenamento de alimentos. Foi encontrado um freezer com a porta estragada, onde estava guardada grande quantidade de carnes. Como se isso não bastasse, o local estava cheio de pombos. "A porta do freezer estava semi-

aberta e cheia de fezes", informaram os fiscais. A comissão entrou com denúncia junto à Vigilância Sanitária de Araraquara.

Apesar das condições constatadas, o hospital é classificado como nível 3 no SUS e está pleiteando ao Ministério da Saúde a reclassificação para nível 4. Hoje, como nível 3, a instituição recebe US\$ 16 por dia para cada paciente internado. Passando para o nível 4, terá direito a receber US\$ 21 por dia. Para os fiscais do CRP-06, "o hospital não apresenta condições de prestar atendimento e está, apenas, deixando os pacientes reclusos e isolados".

Denúncias de tortura em Unidade da Febem

As entidades de defesa dos direitos da pessoa humana de Ribeirão Preto, entre elas o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Núcleo do Movimento Antimanicomial, em conjunto com Conselhos Profissionais, como a Subsede do CRP-06, estão se mobilizando para reverter a situação em que se encontra a unidade local da Febem. Os menores são submetidos a tortura física, trancafiados em solitária e a casa está superlotada.

Segundo informações da coordenadora da Subsede, Maria Costantini, a crise na Febem de Ribeirão Preto começou ainda em 1994, quando o promotor da Infância e Juventude, Marcelo Pedroso Goulart, recebeu denúncias de que as irregularidades estariam ocorrendo. Foi aberta uma sindicância para apurar os fatos, com a realização de um laudo pela psicóloga Senise Monte Vicente, da USP, e da assistente social Kátia Abud, da Promotoria da Infância e Juventude.

Os laudos comprovaram as denúncias, ficando evidente, inclusive, que um dos internos chegou a passar

21 dias numa solitária, de 2 metros quadrados, sem ventilação e sem luz elétrica, também conhecida como "tranca". Com base nesses fatos, o promotor moveu uma ação civil pública, solicitando que a casa investisse em um programa terapêutico para reabilitação de menores e reduzisse para 40 o número de internos. A unidade, atualmente, tem um total de 80 internos, ou seja, o dobro da capacidade pleiteada pelo promotor.

A justificativa da promotoria é baseada em estudos de especialistas na reintegração de jovens infratores que afirmam ser este tipo de tratamento eficaz somente se aplicado em unidades com até 40 internos.

Costantini informou também que, "apesar de todas as evidências, o juiz José Carlos Sobral negou a liminar, alegando falta de provas".

"Mas as entidades estão mobilizadas. Já enviamos cartas ao promotor e ao juiz apontando as falhas na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe atitudes como essas por parte das autoridades", finalizou a coordenadora da Subsede.

Plenária aprova contribuição a entidades sindicais

A plenária nacional da Fenapsi, reunida nos dias 26 e 27 de novembro do ano passado, aprovou os valores das duas contribuições financeiras a serem cobrados pelas entidades sindicais. A contribuição sindical será de R\$ 15,00 e a confederativa, de R\$ 30,00.

A informação é do secretário de Política Sindical da Fenapsi, Luiz Humberto Sivieri, que explicou também que a contribuição sindical já está sendo enviada para os psicólogos desde janeiro e poderá ser paga em qualquer banco até o dia 28 de fevereiro. Já a contribuição confederativa, que teve vencimento no dia 31 de janeiro, poderá ser paga acrescida de 5% de multa e 1% de juros de mora por mês de atraso, na Caixa Econômica Federal.

As contribuições são previstas em leis federais (Constituição e CLT) e legítimas, devendo as assembleias de profissionais definir seus valores. Foram aprovadas para viabilizar o programa definido no último Congresso Nacional da Psicologia, a ser executado pelos Conselhos e entidades sindicais: criação de um salário mínimo profissional, composição de um Fórum Nacional de Entidades e estruturação de uma tabela nacional de referência de honorários. De acordo com documento divulgado pela Fenapsi, "as contribuições foram estabelecidas tendo como referência as propostas da categoria e o montante de recursos necessários para viabilizá-las".

SERVIÇO

Concurso público oferece 21 vagas para psicólogos

A fundação Vunesp realiza concurso para preenchimento de vagas de psicólogo judiciário no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Serão oferecidas 21 vagas sendo 5% deste total destinadas a pessoas portadoras de deficiência.

As inscrições, de 31 de janeiro a 14 de fevereiro, estão sendo feitas em agências do Banespa (veja lista abaixo) a uma taxa de R\$ 30,00 e os candidatos deverão comparecer pessoalmente, apresentando cédula de identidade. Não serão aceitas inscrições por procuração ou por via postal. Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer pessoalmente na Fundação Vunesp, à Rua Abílio Soares, 516 - Paraíso, no horário das 9:00 às 17:00 horas, onde receberão a ficha de inscrição, declarando nela o tipo e grau de deficiência.

No ato de inscrição o candidato receberá instruções sobre as provas. Após encerradas as inscrições, serão emitidos cartões de convocação, contendo data, local e horário de realização das provas. Como os cartões serão enviados por correio, a convocação não tem caráter oficial e o candidato que não receber a correspondência até o dia 9 de março deverá

consultar as listagens que serão afixadas à Rua da Consolação 1483 - térreo.

As condições de participação, realização, classificação e programas das provas, foram publicadas em edital no Boletim Informativo do Poder Judiciário, encontrando-se também na sede do CRP, à rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana.

Veja lista das agências do Banespa autorizadas a receber as inscrições:

- Agência Consolação
- Rua da Consolação, 2114
- Agência Jabaquara
- Av. Jabaquara, 1219
- Agência Lapa - Rua Nossa Senhora da Lapa, 223
- Agência Liberdade
- Av. Liberdade, 151
- Agência Pinheiros
- Rua Teodoro Sampaio, 2258/68
- Agência Santana
- Av. Nova Cantareira, 895
- Agência Santo Amaro
- Av. Adolfo Pinheiros, 55
- Agência Tatuapé
- Av. Celso Garcia, 3863

Atenção - Encontra-se afixado na recepção do CRP um mural com informações sobre outros concursos e oportunidades de trabalho.

Movimento Antimanicomial se reúne

O Núcleo do Movimento Antimanicomial convida os psicólogos a participar de suas reuniões semanais, às terças-feiras, 19:00 horas, na Subsede de Ribeirão Preto, à Rua Cerqueira César 481, sala 301.

CLIFAM - Clínica de Terapia de Família e Casal - São Paulo oferece o curso: "Introdução à Terapia Familiar Sistêmica" Coordenação: Sílvia Cappanari. Dur.: Março e Junho/95 - 2 horas semanais. Informações e Inscrições: (011) 885.1125 (Vagas limitadas).

DISQ FREUD

SP (011) 606.6841 / RJ (021) 533.0883

Obras completas - nova edição

GARANTIA

SUPER PROMOÇÃO

PORTUGUÊS

24 Volumes - Editora Imago

A vista R\$ 390,00 ou 2 X R\$ 210,00

CASTELHANO

25 Volumes - Editora Amorrortu

ESPAÑHOL

3 Volumes - Editora Nueva

Traduções do Alemão - Sob consulta

ATENDEMOS TODO O BRASIL

ENTREGA A DOMICÍLIO

CGC 72.082.308/0001-34

Dona Irene

Laudos Psicológicos: notas para uma reflexão

Maria Helena Souza Patto*

Entre as práticas que estruturam a vida nas escolas elementares brasileiras situadas nas cidades de grande e de médio porte encontra-se uma cujas implicações, pela sua gravidade, não podem mais ser ignoradas por todos os que de alguma forma dela participam. Trata-se da atribuição de deficiências ou distúrbios psíquicos aos alunos que não se submetem aos critérios de bom rendimento e de bom comportamento que vigoram entre os educadores. Complementar a essa prática, o encaminhamento dos insubmissos para diagnóstico é um anseio de professores e técnicos escolares que tem mais chance de se realizar nas regiões que contam com especialistas voltados para a população infantil em idade escolar.

Os resultados dessa prática serão, no entanto, diferentes, dependendo da classe social a que pertencem as crianças sobre as quais incidem os encaminhamentos: em se tratando das crianças da média e da alta burguesia, o atendimento da queixa escolar, além dos procedimentos diagnósticos, inclui psicoterapias, terapias pedagógicas e orientação de pais, ao passo que no caso das crianças das classes subalternas ele termina, quase sempre, com a remessa de um laudo à escola solicitante. No primeiro caso, está-se, via de regra, no reino da "tutela terapêutica do corpo, do sexo e das relações afetivas entre os membros da família (...) como meio de manutenção e reprodução da ordem social burguesa", como Jurandir Freire Costa diz, em termos foucaultianos. No segundo, trata-se também de manter e reproduzir a ordem burguesa, mas pela via da justificação científica - leia-se, supostamente objetiva e isenta, na verdade mistificadora - da exclusão e da desigualdade social, tomadas como fatos cuja explicação se esgotaria no plano das diferenças individuais de capacidade.

É fato conhecido que professores e técnicos escolares têm uma visão em geral negativa, muitas vezes pejorativa, das crianças e das famílias moradoras nos bairros mais pobres da periferia das cidades. Sabe-se também de sua tendência a localizar as causas das dificuldades de escolarização dessas crianças fora da escola, na vida familiar atual ou pregressa, em consonância com o discurso técnico-cien-

tífico tradicional a respeito do fracasso escolar. Todas as pesquisas recentes, nas quais educadores das escolas públicas de primeiro grau se pronunciaram sobre as questões de reprovação e da evasão escolar, registram falas que, salvo exceções, reiteram *ad nauseam* estereótipos e preconceitos sobre os pobres. Não raramente, estereótipos e preconceitos semelhantes - expressos, porém, com a sutileza dos termos técnicos - aparecem nas falas e nos textos de pedagogos e psicólogos.

Nas escolas e nos serviços de saúde que recebem as crianças dos segmentos mais pobres das classes trabalhadoras, a "avaliação psicológica", quer quando feita por médicos, quer quando feita por psicólogos, pode assumir proporções de verdadeiro crime lesa-cidadania. Laudos invariavelmente ausentes de substrato teórico, mergulhados no senso comum, lacônicos, arbitrários, carentes de crítica, feitos com uma displicência reveladora de desrespeito pelo cliente e de certeza de que as pessoas vítimas dessas práticas não têm nenhum poder a opor ao poder técnico, servem, na verdade, para estancar a carreira escolar de tantos pequenos brasileiros. Ao "explicar" o comportamento escolar dessas crianças pela via de supostas anormalidades pessoais, sem qualquer atenção à má qualidade da escola e à maneira como os pobres geralmente comparecem no imaginário dos educadores, os especialistas estigmatizam-nas para sempre e justificam a sua exploração na exata medida em que escamoteiam as relações entre o modo de produção capitalista num país de Terceiro Mundo e a impossibilidade de acesso da maior parte dos integrantes das classes populares a uma escola eficiente, na qual sejam tratados com respeito e tenham garantido o direito constitucional de escolarização.

Para refletir criticamente a respeito desse estado de coisas, é preciso fazer a crítica da própria psicologia, buscar os compromissos sociais e históricos que a construíram, desvendar o seu papel social e político nas sociedades industriais capitalistas, atentar para a relação entre ciência e ideologia. Já esbocei essa crítica em escritos anteriores, e não é necessário retomá-la aqui. Além disso, contamos com análises definitivas do modo de pensar que fundamenta a psicologia científica: Marx, e depois Horkheimer e Adorno, de-

dicaram-se à análise da racionalidade burguesa, necessária à reprodução da ordem capitalista. No Brasil, são vários os autores que se dedicam à tarefa de trazer essas idéias para os meios acadêmicos onde se formam psicólogos, sociólogos e cientistas afins: Marilena Chauí, José de Souza Martins e, mais recentemente, José Leon Crochik voltaram-se todos à crítica do positivismo, do cientificismo, do tecnicismo, do exagero da crença iluminista de que a ciência é suficiente para a resolução de todos os problemas humanos. No interior dessa reflexão crítica faz-se necessário examinar a questão específica dos chamados profissionais "psi", seu advento histórico, seu papel social, sua crença na neutralidade política de suas práticas. Foucault já fez isso com talento; no caso brasileiro, Jurandir Freire Costa dedicou-se à análise do compromisso da medicina com os interesses econômicos da classe dominante em *História da Psiquiatria no Brasil*.

A crítica da psicometria, das concepções de homem e de sociedade que orientam a construção dos testes e escalas métricas de inteligência, de aptidões e de personalidade é outra tarefa que se impõe com urgência aos que se dedicam à psicologia. São muitos os pesquisadores que produziram obras fundamentais sobre os testes psicológicos e seu papel ideológico nas sociedades de classes. Stephenn Gould e Noëlle Bisseret são dois exemplos disso. Fato digno de nota, autores como esses não costumam fazer parte da bibliografia dos cursos de Técnicas de Exame Psicológico, cujos professores, salvo uma ou outra honrosa exceção, continuam aderidos ao argumento da cientificidade de seus instrumentos de medidas e alheios às críticas dos critérios de normalidade, das definições de inteligência e de personalidade sobre os quais os testes são construídos, para não falar da natureza, muitas vezes absurda, das próprias situações apresentadas ao examinado.

Voltando à questão dos laudos produzidos a propósito das queixas escolares geradas nas escolas públicas de primeiro grau, é bom saber que Adriana Marcondes Machado faz deles o tema de sua tese de doutorado em andamento no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Além disso, duas bolsas de iniciação científica concedidas pela Fapesp estão permitindo que Lara Rossetti

Machado e Liliane de Paula Toledo estudem em profundidade uma classe especial da rede estadual de ensino de primeiro grau na cidade de São Paulo. Nessa pesquisa, ainda em curso, o gravíssimo problema dos laudos foi o primeiro a impor-se com clareza. Não posso deixar de fazer três considerações a respeito desses pareceres, dada a gravidade de suas consequências: em primeiro lugar, chamo a atenção para a séria questão da legitimidade das relações causais, muitas vezes superficiais, simplistas, gratuitas, até mesmo supersticiosas que eles fazem entre dados biográficos da criança, de um lado (por exemplo, a separação dos pais), e seu desempenho escolar, de outro, em segundo lugar, lembro a etimologia da palavra, do latim "louvo", isto é, "aprovo", coerente com o fato intrigante de que quase sempre os laudos apenas reiteram o diagnóstico do professor e sancionam as medidas corretivas que ele preconiza, em terceiro lugar, resalto o significado da palavra *laudo*, estreitamente ligado à perícia, vistoria, revista, inspeção, todos eles próprios do vocabulário jurídico-policial.

Um problema de fundo, que perpassa tudo isso, é o da formação dos psicólogos, em especial nas clínicas-escola dos cursos de graduação em Psicologia, lugares privilegiados de reprodução desse modelo de acolhimento da queixa escolar. Marilene Proença Rebello de Souza, elegu-o como objeto do doutorado que prepara no Instituto de Psicologia da USP.

A persistência desse olhar que num só lance torna psicopatológicas as dificuldades de aprendizagem e de ajustamento escolar e desqualifica os pobres, imune às re-significações recentes dessas dificuldades, só será abalada à medida que todos os envolvidos na docência, na pesquisa, na prestação de serviços à comunidade e no exercício da psicologia como profissão se dispuserem a rever, sem complacência, suas teorias, métodos e técnicas, muitos dos quais datados e a esta altura superados.

**Maria Helena Souza Patto é professora associada do IP-USP e suplente da chefia do Depart. de Psicologia da Aprendizagem, Desenvolvimento e Personalidade.*